

O enclave de Cabinda no Estado angolano formado após a independência

*Gabriel Almeida Miranda^I
Mariana Rupprecht Zablonsky^{II}*

Resumo: Este artigo visa elaborar uma breve análise do governo e Estado angolano a partir da atual situação de Cabinda, que desde antes da independência de Angola busca o seu reconhecimento como território autônomo. Em um primeiro momento apresentaremos uma breve narrativa histórica sobre a questão do enclave de Cabinda, em seguida, usando como suporte periódicos virtuais, resoluções e comunicados do Conselho Nacional do Povo de Cabinda, problematizaremos a análise sobre a formação e a pertinência do Estado de Angola e sua inserção no contexto africano.

Palavras-chaves: Estado; Cabinda, Autonomia; Independência; África.

The enclave of Cabinda on the angolan state former after independence

Abstract: This article intends to develop a brief analysis of the State and the Angolan government from the current situation of Cabinda, which since before the independence of Angola seeks recognition as autonomous territory. At first, we will present a brief historical narrative on the issue of the enclave of Cabinda, then using as support virtual periodic, resolutions and communiqués of Cabinda People's National Council, we will question the analysis of the formation and relevance of the Angola state and the insertion in the African context.

Key-words: State; Cabinda; Autonomy; Independence; Africa.

Artigo recebido em 11/08/2016 e aceito em 22/08/2016.

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

Cabinda, de protetorado português à possessão angolana

O enclave de Cabinda é constituído por uma pequena faixa de terra localizada a 50 km da foz do rio Congo, portanto sem fronteira com Angola e entre a República Democrática do Congo e a República do Congo, antigos Zaire e Congo-Brazzaville respectivamente, de pouco mais de 7 mil km² e com uma população estimada em 260 mil habitantes^{III}. Possui uma considerável reserva de petróleo, além de importantes jazidas minerais no interior da floresta de e é majoritariamente composta por pessoas do antigo reino N'Goyo, de fala *ibinda* (dialeto kikongo), demonstrando o antigo vínculo com o reino do Congo^{IV}.

Eugênio Costa Almeida^V no seu estudo sobre a definição das fronteiras cabindense chega a ressaltar a importância do Reino N'Goyo para os outros reinos bantus dessa região. Segundo Batsíkama^{VI} as tradições orais apontam que a região que hoje é Cabinda seria o local de acolhimento da princesa Mampuenha, filha do manicongo, que teria sido expulsa por engravidar antes de terminar os ritos de passagem da puberdade. Ali, na região N'Goyo ela teria dado luz à três crianças o que fez o rei do Congo emancipar os territórios do Cacongo, Loango e N'Goyo. Desta forma, a filha mais velha da princesa herdaria este último território (N'Goyo), a menor localidade dos três, o segundo filho a nascer ficaria com a área do Cacongo, de maior importância política, enquanto o mais novo reinaria sobre o Loango, o mais vasto território. No entanto no dia de ser coroada, a primeira filha da princesa Manpueha não pode receber o título dada a sua menstruação, sendo coroados seus dois irmãos, enquanto ela ficaria responsável pela transferência do poder de governar como sacerdotisa, cerimônia que até pouco tempo atrás ocorria como de costume no Morro de Chizo, nas proximidades da cidade de Cabinda. Um exemplo desta cerimônia ocorreu quando da entronização do rei Laongo em 2002 na área de Diassô, onde o monarca e sua corte se deslocaram até o referido morro para receberem devidamente seus títulos.

No século XIX, no contexto da disputa territorial imperialista essa região da foz do rio Congo foi disputada por Portugal, Inglaterra e Bélgica, conhecidos através da Questão de Ambriz^{VII} e da Questão do Zaire^{VIII}. Por fim, os lusos ficaram com os territórios entre os paralelos 5°12' e 8° sul, repartindo as terras N'Goyo entre as possessões belgas e de proteção portuguesa. O “Tratado de Simulambuco” assinado entre representantes da Coroa Portuguesa e do Reino N'Goyo em janeiro de 1885 e reconhecido na Conferência de Berlim, colocava sobre proteção lusitana os reinos de Loango, Cacongo e N'Goyo, justamente os territórios definidos pela Questão Zaire em 1884. Esse acordo era a reoficialização de outros acordos estabelecidos entre portugueses e alguns Reinos Congo dessa região, como o “Tratado de Chinfuma” de 1883 e o “Tratado de Chicambo” de 1884 reforçando a influência lusa nessa região da foz do Congo de enorme potencial. Assim, oficializada a situação de protetorado português constrói-se a povoação de Cabinda, onde seu primeiro governador João Antônio das Neves Ferreira desembarcou em 1887.

Contudo, Portugal tinha dificuldades em respeitar os artigos 3° e 9° de Simulambuco, no qual se comprometia em defender a integridade desses territórios bem como os costumes dos povos dessa região. Apesar dos acordos feitos com os régulos Portugal cedia às pressões políticas e bélicas das potências vizinhas assinando acordos que passavam por cima dos anteriores estabelecidos com as autoridades locais redefinindo assim as fronteiras coloniais. Além disso, a intensa atuação de missões

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

evangelizadoras interferiram profundamente nos hábitos culturais e nas relações tradicionais de Loangos, Cacongos e N'Goyos. Ainda assim, o “Ato Colonial de 1930” coloca Cabinda dentro da nação portuguesa de forma singular, de modo mais autônomo que as demais possessões coloniais. Apesar disso, em 1955 durante o governo salazarista, Cabinda passa a ser entendida como distrito de Angola para facilitar a administração desse território, já que ainda era válido o “Ato Colonial de 1930” e na prática tanto Portugal como Angola reconheciam a relativa autonomia que o enclave possuía. Esse tratamento vinha desde Simulambuco e era mantido pelo comum entendimento da significância e singularidade de Cabinda dentro das possessões coloniais portuguesas, onde se encontrava o povo cabindense muito mais próximo culturalmente de povos congolezes que dos angolanos propriamente ditos^{IX}, situação vivida também pelos bacongos no norte de Angola responsáveis pela formação do FNLA.^X De fato, as populações N'Goyo, Cacongo e Laongo sempre estiveram em constante movimento nessa região da foz do Congo e as fronteiras impostas pelo imperialismo, bem como as distintas colonizações consequentes dessa divisão, não impediram esse trânsito.

Assim, os primeiros movimentos que irão levantar a bandeira da independência de Cabinda surgem fora do atual território cabindense, como a AREC (*Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda*) em 1958 na cidade de Leopoldville atual Kinshasa. Esta associação liderada por Luís Ranque Franque nasce para reafirmar a situação de Cabinda como protetorado português e negar qualquer relação com os movimentos de independência de Angola, e que segundo Eugênio Almeida em 1960, num manifesto anti-europeu usa pela primeira vez o nome MLEC (Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda). Em 1962, Henriques Tiago N'Zita membro expulso da AREC/MLCE funda a CAUNC (Comissão de Ação da União Nacional dos Cabindas) que nega também a ligação com os movimentos separatistas angolanos, mas que defendem a união da família cabindense com a família congoleza^{XI} e o fim dos acordos com Portugal a fim de proclamar Cabinda independente. Apenas em 1963 é que nasce a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) da união dos já citados movimentos com a ALLIAMA (Aliança Nacional do Maiombe), diante da inserção do enclave na luta de independência angolana, iniciada em 1961 pelas primeiras investidas da UPA (União das Populações de Angola, que posteriormente fundaria o FNLA) e com a criação da 2ª Região Político Militar do MPLA^{XII} em 1962. Assim, em reflexo da inclusão de Cabinda na luta angolana por independência assiste-se a uma intensa migração da população do enclave para ambos os congos baseada nas antigas relações mantidas entre essas regiões.

Com as negociações para o Acordo do Alvor^{XIII}, principalmente, pelos acordos de Nakuro e Mombaça entre os três movimentos de libertação angolano (MPLA, FNLA e UNITA^{XIV}), que colocavam Cabinda como província da Angola independente, a FLEC autoproclama a independência de Cabinda em 1 de agosto de 1975 iniciando as atividades bélicas no mesmo ano com apoio do exército regular do Zaire – ainda em 1975 a UNITA e FNLA também proclamam em Huambo a independência da República Democrática da Angola. Enquanto isso o MPLA também independentiza sua República Popular de Angola em Luanda, sendo por fim reconhecida internacionalmente apenas o governo do MPLA. O início da luta armada em Cabinda, não por coincidência, se dá a partir da eminente independência de Angola, podendo ser entendido como um reflexo das ações dos movimentos de libertação angolanos que começaram a agir intensamente

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

dentro do enclave. Nesse momento Cabinda já era uma importante área do território angolano, principalmente, pela exploração de petróleo iniciada em 1957 pela norte-americana *Gulf Oil Company* que ajudou a financiar a luta armada angolana, sobretudo, o MPLA.

Apesar do apoio de Zaire, governado por Mobuto Sese Seko que deu suporte financeiro e bélico ao MPLA e esporadicamente da UNITA, a FLEC sofreu com muitas divergências internas que polarizam as facções do movimento entre Ranque Franque, N'Zita e Francisco Lubota, além de ajudarem a formar outros movimentos de libertação cabindenses, como o CCC (Comitê Comunista de Cabinda) em 1988 e na década de 1990 a UNLC (União Nacional para a Libertação de Cabinda). Desse modo, ainda nos anos 90 – quando da saída da FNLA do confronto em Angola e o acirramento das disputas entre MPLA e UNITA – a FLEC se reformulará em duas vertentes: a FLEC-renovada e a FLEC-FAC (Forças Armadas de Cabinda), na qual a primeira assina um cessar fogo com o governo angolano em 2006 após a captura de alguns de seus líderes em 2002 deixando assim, a FLEC-FAC como única responsável por defender a emancipação de enclave.

Nesse sentido, a luta pela libertação do enclave de Cabinda possui legitimação pelo fato de os cabindenses se entenderem como um povo que não integra a “nação” angolana, principalmente, diante da política nacionalista imposta pelo governo do MPLA. A questão da identidade nacional é um tema de grande relevância na questão de Cabinda, uma vez que o MPLA assim como os outros movimentos, tinha uma política clara sobre o nacionalismo. Em um breve retrospecto da identidade nacional angolana, João Paulo Pinto^{XV} aponta que as décadas de 50 e 60 são marcadas por manifestações mais incisivas contrárias ao colonialismo português.

Com o canal institucional absolutamente vedado aos angolanos, o campo das artes, principalmente, a literatura e a música, foi responsável pelas primeiras movimentações no sentido de questionar a presença e a dominação portuguesa em Angola.^{XVI}

Inicialmente, vemos estes movimentos que querem uma identidade independente da colonial, que se manifesta no seu repúdio ao colonialismo português. Nas décadas seguintes, os três grandes movimentos que buscavam a independência - UNITA, MPLA e FNLA - carregavam identidades diferentes para o que era ser angolano, baseadas muitas vezes em etnia e raça^{XVII}. Não obstante, à frente do governo o MPLA impôs a sua política identitária que, de forma simplificada, procurava não fazer distinção de raça, etnia, ideologia, religião e etc. Sendo a célebre frase de Agostinho Neto “de Cabinda ao Cunene um só povo, uma só nação”^{XVIII} um exemplo da política identitária do movimento que visava a união de todos os angolanos. Identidade nacional que não é a mesma que a do povo de Cabinda, que se vê ligado ao reino do N'Goyo e tem sua identidade consonante à ele e aos povos congolezes.

Outra questão que aponta o movimento pela independência de Cabinda é a exploração de seus recursos naturais feita pelo governo angolano. Posto que a maioria do petróleo (que, juntamente com os diamantes, são à base da economia angolana) extraído por Angola vem de Cabinda e esse lucro está longe de ser revertido à população do enclave que vive, como a maioria da população de Angola, em situação de pobreza. Atualmente a FLEC e seu Conselho Nacional do Povo de Cabinda (Nkoto-Likanda) resistem no meio da floresta do Maiombe e nutrem um forte nacionalismo

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

construído nos conflitos do processo de independência angolano, com base no antigo reino N'Goyo. Ainda hoje há, apesar das negações do governo angolano, conflitos no enclave, contudo a FLEC também apela tanto para a política internacional – Portugal, Nações Unidas e União Africana – quanto para a política angolana contando com apoio partidário da UNITA.

O Estado angolano e o enclave de Cabinda

A vitória do governo do MPLA, com o reconhecimento internacional da República Popular de Angola, não garantiu o pleno controle do país recém independente. A UNITA era majoritária no interior e o tinha uma figura forte em seu líder que contava com apoio internacional (teve auxílio do *apartheid* sul-africano na fronteira com a Namíbia durante as Guerras das matas de Angola) e interno, enquanto que o FNLA, com sua política étnica bacongo, era predominante no norte, nordeste e nas fronteiras com o então Zaire. Após a guerra de independência culminada na Revolução dos Cravos^{XIX} e o Acordo do Alvor, se assistiu a uma guerra civil de quase trinta anos, finalizada apenas em 2002 com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi. Os conflitos entre os três movimentos de libertação, entre suas ideologias políticas e projetos de governo foram também palco para confronto de interesses internacionais, no qual os Estados Unidos atuava através do apoio à FNLA, a África do Sul ao se aliar à UNITA, e o explícito apoio soviético e cubano ao MPLA. Sendo assim, quando ocorre a independência realizada pelo MPLA, cabe ao movimento a tarefa de implantar seu projeto de Estado angolano no meio de uma guerra civil e do conseqüente abandono do país pelos colonos brancos (em sua maioria portugueses), levando todos seus bens móveis e seu capital, “[...] privando o país de técnicos, além da sabotar quase todo maquinário existente.”^{XX} A partir disto, os líderes do MPLA se apegaram a um discurso marxista-leninista de aproximação entre operários e camponeses, com um projeto de construção da nação angolana, adotando medidas de austeridade e fomento da produção.

“A sociedade estava dividida entre brancos privilegiados, brancos pobres (imigrantes camponeses), mestiços, assimilados [...] e indígenas, isto é, a maioria dos africanos.”^{XXI} Existindo tensões sociais entre essas diversas categorias, mas mais percebida entre assimilados e indígenas, o que, inclusive, interferiu no processo de consolidação do MPLA - como a crise sofrida por esse movimento ainda no início da década de 1960, na qual se debatia a exclusão dos mestiços do diretório a fim de ganhar apoio dos angolanos no Zaire e fazer frente à FNLA e UNITA, que acusavam o MPLA de ser um movimento de kimbundus e acima de tudo mestiços - nesse momento se fortalece a figura de Agostinho Neto.^{XXII} Além disso, existia na sociedade angolana polarização urbano/rural, bem como intelectual/não intelectual, visto que os indivíduos que tinham acesso a uma educação universitária constituíam uma elite letrada, que acabava se refletindo no interior do partido governista expondo os seus paradoxos.

Como partido marxista-leninista o MPLA era dirigido por assimilados, mestiços e universitários urbanos, personificados na figura de Agostinho Neto. Ademais, o líder do MPLA tinha que encarar a complicada incumbência de erguer a economia angolana sem quadros específicos formados e divididos internamente, além da falta de capital devido aos necessários investimentos na Defesa Nacional, já que era um país em guerra civil com estruturas logísticas debilitadas pelos confrontos bélicos, e tendo como base um discurso socialista. Na prática, ao mesmo tempo em que privatizava bancos e criava a

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) vendia petróleo para os mercados capitalista ocidentais financiando a guerra civil.

“Apesar dos laços econômicos criados com os países socialistas, as relações comerciais de Angola ainda eram fortemente ligadas aos países ocidentais, herança da estrutura estabelecida pelos portugueses na época do colonialismo.”^{XXIII} Além disso, nota-se uma transposição da estrutura administrativa do MPLA para a estrutura do governo constituído ao redor dos Comitês (em níveis locais, provinciais e nacionais) e adotando um modelo que Visentini aponta como centralismo democrático: um sistema de organização interno no qual diante de uma determinada questão programática as bases do partido tem direito à discussão livre da mesma questão, eventualmente podendo até mesmo constituir facções. Assim, como não eram possível eleições após a independência, diante a guerra civil, foi formado um Conselho de Revolução constituído pelos membros do Comitê Central do MPLA e acima deste, o Conselho de Ministros, ambos presididos pelo presidente do partido, Agostinho Neto. Somente na década de 1980 é que se esboça uma política eleitoral com a proposta de substituição do Conselho de Revolução pelas Assembleias Populares que teriam os membros eleitos a partir de uma lista de candidatos feita pelo partido governante. Entretanto, era negado direito ao voto aqueles que participaram dos partidos opositores, UNITA e FNLA. As eleições ocorreriam de três em três anos.^{XXIV}

É nesse cenário conturbado de formulação de um Estado após a independência que se dá a fragmentação e dissolução das diversas facções do movimento de libertação do enclave de Cabinda, restando apenas a FLEC-FAC. Nos últimos anos, especialmente, depois do atentado^{XXV} feito a comissão da seleção do Togo durante a Copa de Nações Africanas de Futebol ocorrida em 2010 em Angola, se voltou a dar atenção à questão do enclave de Cabinda. Isso porque, apesar dos constantes conflitos, o governo angolano continua negando a existência destes. Conforme informou o general Zenga Mambo da FLEC à Rede Angola^{XXVI} em fevereiro de 2014, a população cabindense vive atualmente em estado de sítio:

Por vezes as pessoas são presas só por terem uma página na Internet ou por navegarem. A questão da circulação de pessoas e bens só se verifica nas zonas urbanas. No interior, a população vive sob receio e nem sequer consegue ir às lavras ou à caça, sem temer ser morto ou capturado e dado como elemento da FLEC, sendo esta razão suficiente para se ser detido e levado para a prisão do Yaby.^{XXVII}

Nesse sentido, abordamos a figura de José Marcos Mavungo ativista de direitos humanos, detido e levado para a prisão em março de 2015 em Cabinda. Há uma campanha para libertação dele, que asseguram estar passando por problemas de saúde, além de uma forte crítica ao governo angolano, já que conforme o representante da delegação que foi à Cabinda verificar a situação de Mavungo:

As detenções – além de Marcos Mavungo mais duas pessoas, entretanto que já foram libertadas – foram realizadas sem mandado de captura “porque havia uma grande suspeição do crime contra a segurança de Estado”, alegaram as autoridades.^{XXVIII}

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

De fato, a FLEC reclama que Cabinda atualmente não passa de uma colônia de Angola, onde um povo distinto do seu invadiu seu território e o explora sem dar o devido retorno à população. Os representantes da FLEC são perseguidos e mortos, como aconteceu recentemente com o comandante João Massanga, algo não que escapa a população de Cabinda que vive ainda uma guerra civil. Sem condições de atacar, a FLEC apela ao diálogo e a diplomacia, porém o MPLA parece não dar muitos ouvidos, como expressou o presidente da FLEC à rede de notícias DW: “O Governo de Luanda fala de diálogo, mas na prática só existe intransigência política, por parte de Angola, face ao problema de Cabinda. Não existe qualquer vontade de paz por parte de Angola. Nós não vemos qualquer sinal, qualquer vontade de diálogo.”^{XXIX}

Assim, para resumir as demandas da FLEC e sua relação com o governo angolano, e como bem expressa o Conselho Nacional do Povo de Cabinda numa resolução de 13 de fevereiro de 2014:

Há 40 anos que o petróleo de Cabinda (o petróleo de sangue) vem sendo extorquido direta ou indiretamente dos verdadeiros donos o povo de Cabinda, por uma comunidade de personalidades, empresas, estados, indivíduos, estrategas, operacionais terceiros ou alheios à Cabinda, chefiados pelo ocupante angolano. Esse recurso beneficia exclusivamente entidades estrangeiras que por via do benefício que retiram da presença hostil angolana em Cabinda (anexação, colonização, saque e humilhação) acabam por fazer parte do conflito. Nesse sentido e concluindo, a solução do problema de Cabinda (crime internacional de ocupação) não deve ser deixado ao livre arbítrio e ao poder discricionário de Angola (MPLA) em regime de exclusividade e não pode nem deve ser deixada nas mãos de personalidades, agentes ou fantoches a manipulados e financiados pelo MPLA ou por interpostas pessoas sob pena de agravar e adiar a solução, séria, justa, pacífica, definitiva e credível enquadrada pela Flec / Conselho Nacional do Povo de Cabinda, representativa de todas formações políticas da Flec, de outras denominações que integram o movimento independentista de Cabinda, da sociedade civil credível, responsável, esclarecida, descomprometida e resistente. Ela passa por uma conferência internacional que deve envolver (Cabinda (Flec), a comunidade internacional e Angola). Tudo o resto que se processe fora deste quadro é espuma, o mesmo sucede as com teses oficiais do MPLA / governo de Angola sobre Cabinda é mais do que suspeito e *sujeito a cautela*.^{XXX}

Desta forma, como sugere Ashis Nandy^{XXXI} os Estados-nações pós-coloniais africanos não correspondem aos Estados-nações ideais europeus do século XIX, trazendo, de modo intrínseco, valores que não condizem com a realidade africana. No caso de Angola, país recém independente e que ainda enfrentava conflitos civis, como tornar uma nação, como criar um sentimento nacional em tão diversas e distintas culturas e raízes históricas, mas ainda com um passado de exploração colonial comum, fato que o diferenciava dos Estados-nações europeus. Essa era tida como uma das dificuldades típicas dos Estados formados com o fim do colonialismo, que buscavam ressaltar uma identidade nacional aliada ao processo de descolonização e formular uma política baseada na ideia de Estado-Nação, que parece surgir como a possível solução para estes Estados em formação. Sendo assim, “O processo se fortaleceu quando em uma sociedade depois da outra, os intelectuais e ativistas políticos autóctones que se opuseram ao poder colonial e encontraram na ideia do Estado-nação a chave para o

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

êxito econômico do ocidente.”^{XXXII}

Nesse contexto, nos vemos diante de um considerável paradoxo: como superar um modelo de Estado que cada vez mais é tido como desgastado e incapaz, se ele adquiriu um imenso poder institucional, uma ampla base na atual cultura de massa e é visto como o único caminho viável aos países que se tornaram independentes das potências coloniais?! Ao mesmo tempo os governantes desses Estados começam a abusar da violência contra os cidadãos resistentes, enquanto outra parte da população se coloca disposta a tolerar essa violência em nome do progresso que esse tipo de Estado traria.^{XXXIII} No caso de Cabinda vemos um Estado-nação em formação, Angola, oprimindo os habitantes do enclave, que não se veem integrantes da nação angolana dada as diferenças étnicas e culturais - essas muitas vezes criadas pelo colonialismo através das identidades políticas e culturais - e em oposição ao ideal de Estado-nação proposto pelas frentes de libertação de Cabinda, um novo Estado-nação que daria as bases para a nação de Cabinda separada de Angola.

Nandy aborda ainda que o conceito de Estado-nação foi transmitido no processo colonial às regiões do Terceiro Mundo, tendo como base a noção do fardo do homem branco em civilizar os povos selvagens, o que gerou certa interiorização desse caráter civilizador do Estado que permaneceu arraigado em muitos países mesmo com o fim do colonialismo. Tal modelo administrativo estaria comprometido com a segurança nacional, com o desenvolvimento, com a racionalização científica e com a secularização da sociedade, na qual “[...] em vez de conduzir a uma maior tolerância étnica, o Estado conseguiu secularizar os conflitos étnicos e trazê-los à esfera estatal.”^{XXXIV} Ainda na questão da conformação do Estado-nação nas ex-colônias, Aníbal Quijano^{XXXV} expõe que o capitalismo como herança colonial fez com que o Estado-nação não se estabilizasse nas colônias, visto que o desenvolvimentismo e a prática real da democracia eram condições necessárias de todo Estado-nação.

Não obstante, o autor aponta que a impossibilidade da democracia, dada a colonialidade do poder^{XXXVI} e a relação desigual do capitalismo nos países colonizados, fazia igualmente impossível à nacionalização desta sociedade para a formação do Estado-nação com bases em uma identidade única. No caso Angola/Cabinda podemos ainda ressaltar duas questões apontadas por Quijano: primeiro a democratização da sociedade, fator que requer uma distribuição de renda e de poder, o que não se vê na sociedade angolana e segundo o que o autor chama de dependência histórico cultural, que é “[...] a configuração do poder no capitalismo, fundada não na imposição, mas na comunidade de interesses, essa fundada na colonialidade do poder local e global.”^{XXXVII}

Mahmood Mandani^{XXXVIII} no seu estudo sobre a violência política na África colonial, sobretudo no caso de Ruanda, nos ajuda a entender esse ponto. Olhando para o conflito institucionalizado entre hutus e tútsis, Mandani propõe que ao definir identidades culturais como identidades políticas o sistema colonial atribui sentido histórico à violência entre esses povos, polarizando-os dentro de categorias europeias como classes sociais. Consequentemente, a construção de identidades políticas não é usada apenas para a definição étnica e sim para um processo de cristalização das ditas figuras identitárias, identidades construídas ao longo da história. A ideia de identidade políticas se apresenta no sentido de entender como as ações políticas perpassam uma chave identitária fictícia, construída historicamente e inclusive, muitas vezes, arbitrária. E desta forma poder enxergar o processo de construção política do que é chamado Estado-nação se torna mais real e não apenas uma abstração de ordem política e social.

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

Portanto, a construção de identidades políticas e a conformação do Estado estão intimamente ligadas e para o cientista ugandense estes Estados formados com o fim do colonialismo na África não são mais do que uma extensão do controle colonial.

É nesse sentido, guardando as devidas peculiaridades, que vemos em Angola a mesma atribuição de valores culturais a identidades políticas como, por exemplo: “todo Cacongo faz parte ou apoia o FNLA” ou “todo Ovimbundu é da UNITA”, de modo similar ao ocorrido em Ruanda também atribui sentido histórico à extrema violência que foi característica da guerra civil angolana. Do mesmo modo podemos entender a questão do enclave de Cabinda como continuação da guerra civil, no qual a repressão à resistência da FLEC também possui um sentido histórico gerado no período de colonização lusa, na qual Angola e Cabinda tiveram que conviver com a mesma administração colonial apesar de se auto reconhecerem como povos distintos, algo que pode ser visto como produto da criação de identidades fictícias apontada por Mamdani. Ou seja, povos que não integram uma mesma nação, dentro de um discurso construído em torno da ideia de nação, mas que para as autoridades coloniais integravam uma mesma colônia.

Então, uma maneira de se entender a relação do governo do MPLA com a província de Cabinda, que diante das circunstâncias do contexto de independência, guerra civil, do dogma interiorizado de Estado-nação como estrutura administrativa civilizadora e capaz de atender à necessidade de crescimento do recém liberto país, da tarefa de racionalizar relações, de construir um sentimento nacionalista que atendesse ao modelo de Estado que estava sendo implantado, vemos que o controle de Cabinda por Angola é fundado na ideia de uma dominação a partir de uma continuação história (Cabinda era parte do Império português, este acaba, Cabinda agora é parte de Angola, uma vez que eram administradas juntas) e permeado de questões econômicas. Porém não podemos atribuir apenas um fator à instabilidade política africana, ou seja, de que um bom governo, uma plena sociedade civil e de uma economia de mercado sejam a resolução desse problema. Segundo Chegen^{XXXIX} devemos recusar a busca de um único fator que abranja tudo (o perigo de uma história única), seja o determinismo geográfico dos colonialistas, sejam as ideias de Chabal^{XL} que colocam a responsabilidade nas elites africanas que se beneficiariam com a violenta desordem estabelecida, seja a explicação da esquerda que responsabiliza tão somente a exploração europeia. Devemos então, buscar as causas múltiplas das políticas africanas que não atingiram resultados significativos, colocando os diversos fatores no seu contexto adequado para entender da devida maneira a complexidade dos processos históricos.

Aqui a concepção de Estado Liberal de Ralph Miliband^{XLI} nos ajuda a entender a complexa relação entre os diversos setores que compõe a máquina estatal. É interessante a relativização que ele faz da noção de participação democrática dos cidadãos nesse Estado, no qual apesar de existirem mecanismos de inclusão social, ou como Miliband chama “diluição social”, a falha meritocracia associada à fraca representação de camadas mais pobres da população geraria um iminente aburguesamento dos indivíduos de setores populares que ingressassem no aparelho do Estado. No entanto, é importante frisar que em sua análise, Miliband está se referindo a sociedades de “capitalismo avançado” e não ao Brasil ou Angola, o que traz cuidado redobrado no uso de suas ideias. Assim, Cabinda deixa de ser protetorado português e passa a ser província angolana, não apenas pela incapacidade ou ineficiência do Estado angolano, mas sobretudo pelo domínio que o MPLA, com a máquina estatal e seus aparatos, passa a

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

exercer sobre grande parte do que pertencia ao Estado português nesta região.

As próprias causas do esgotamento desse Estado podem ajudar a explicar porque o enclave ainda não é independente. Há questões étnicas, políticas, econômicas, sociais, culturais correlacionando-se simultaneamente num longo processo histórico. Portanto, acreditamos que não devemos aceitar perspectivas simplistas, que reduzem a questão de Cabinda a não aceitação dos N'Goyo em fazer parte de uma nação tão diversa como Angola, ou que enfatizam apenas os interesses econômicos nas reservas de petróleo e jazidas minerais, pois a realidade não é tão simplória. Os fatores se correlacionam e se sobrepõem entre si, logo não há de se buscar um bode expiatório, mas entender as minúcias de todos os processos históricos que cercam esta região.

Portanto, estamos diante de um Estado angolano que se autoproclama democrático, que se diz esta defendendo seus limites e interesses territoriais, que insere Cabinda e seu povo no seu projeto nacionalizante. Do outro lado, temos um povo que se diz explorado e agora colonizado pelas forças angolanas, conforme confessa o presidente da FLEC:

Estamos no mato e não temos qualquer liberdade de movimentação. Há matanças e raptos de dirigentes da resistência. Há membros dos serviços secretos angolanos que vêm ao estrangeiro, onde nos encontramos, e compram membros de serviços secretos nesses países para poderem perseguir os membros da resistência de Cabinda. Se até somos perseguidos nos países vizinhos, fora de Angola, mais seremos no território sob jurisdição do Governo angolano[...]^{XLII}

E no meio desses dois lados, há todo um complexo processo histórico que nos trouxeram a esse embate, no qual todos os personagens que o fizeram também ajudaram a consolidar essa situação através dos inúmeros paradoxos, frutos do confronto entre o mundo colonial e o pós-colonial. Nesse contexto, entra uma das questões principais da constituição da política africana, a necessidade da conformação de um Estado em moldes europeus. Para Jean François Bayart^{XLIII}, os processos políticos africanos não necessariamente, independente das influências externas, deveriam terminar na conformação do Estado. A suposta necessidade de um Estado está ligado ao conceito de paradigma do jugo, apresentado por Bayart como a dependência endógena/caráter dependente do continente africano, estando à África localizada sempre como dependente de outras agências históricas, como o Islã e a Europa. Ainda como aponta Nandy, o Estado é tido como o suporte do desenvolvimento. As suas instituições recebem um investimento descomunal para melhorá-las, porém não garante as condições de desenvolvimento da sociedade. Estado é a instituição que garante desenvolvimento, por isso o autor indiano afirma que é tão disputado pelo grupos políticos na África. O Estado é o objetivo e é por isto que vemos a pouco questionada decisão de instaurar o Estado e seu aparato burocrático e repressivo na África e em muitos países colonizados.

Considerações Finais

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

Observamos na breve análise das questões históricas relacionadas ao enclave de Cabinda e a Angola, que as divergências entre as duas regiões perpassam questões culturais, étnicas, políticas e econômicas, desta forma, tentamos abordar os principais pontos que levam Cabinda a reivindicar sua independência. A partir dos processos históricos e das fontes analisadas vemos que a dominação do Estado angolano suprime uma série de questões importantes para o povo do enclave, que não se identifica com a ideia de nação angolana forjada pelo MPLA. Entretanto, constatamos que o cerne da disputa está entorno da formação do Estado angolano, que na sua consolidação tornou Cabinda uma província integrante deste novo Estado independente mesmo com a recusa da população local. Vemos que agora os cabindenses, clamam eles também, pela formação de um Estado-nação, que carregará os mesmos problemas já citados, da formação de uma elite estatal, da dificuldade de consolidar uma democracia que busca o desenvolvimento em um país colonizado e ainda da questão central, de por que formar um Estado-nação após a independência. Está é uma pergunta que ainda não podemos apontar conclusões e que é válida para Angola, para os planos de independência de Cabinda e, sobretudo, para todos os Estados pós-coloniais formados na África.

Dentro de uma lógica que coloca o Estado como central para a história observamos que em muitas regiões colonizadas a escrita história se deu a partir de instituições coloniais de educação, ou seja, o colonialismo apontava o que era história, um colonialismo que tinha seu ponto central no Estado. Ademais, o regime do MPLA se baseia na centralidade do Estado, o movimento antes de “assumir o controle” do país já possuía um projeto baseado na conformação de um Estado e de toda sua aparelhagem. Sendo o Estado, sobretudo, o modelo de Estado-nação também uma herança do colonialismo, que através da institucionalização da história consolidou a ideia do Estado como o único caminho para a existência de uma história e como a única opção para os países recém-independentes.

Por fim, vemos que a população de Cabinda deseja a independência frente Angola por uma série de motivos, principalmente, ligados às questões de identidade nacional. Entretanto, ressaltamos que as reivindicações da FLEC seguem um certo modelo de discurso embasado em Estado, nação e identidade étnica, discurso semelhante ao de Angola. Nesse sentido, problematizar os conceitos e sua agência ao longo da história colonial, se fazem fundamentais para compreender como surgem esses discursos e a que fim eles se prestam.

Fontes

CASCAIS, Antonio. *Povo de Cabinda nunca se renderá à ocupação por parte de Angola*, diz líder da FLEC, 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/povo-de-cabinda-nunca-se-render%C3%A1-%C3%A0-ocupa%C3%A7%C3%A3o-por-parte-de-angola-diz-l%C3%ADder-da-flec/a-17840210>. Acesso em 14 de julho de 2016.

Rede Angola. *Conflitos em Cabinda*. Disponível em: <http://www.redeangola.info/conflitos-em-cabinda/> Acesso em 14 de julho de 2016.

Conselho Nacional do Povo de Cabinda (NKOTO-LIKANDA) – FLEC. *A internacionalização da resolução do conflito de Cabinda*. Disponível em: <http://www.cabindanation.net/kabinda/a-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-resolu%C3%A7%C3%A3o-do-conflito-de-cabinda> Acesso em 15 de julho de 2016.

LUSA – Agência de Notícias de Portugal. *Abaixo assinado pede libertação de ativista*

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

detido desde 14 de março em Cabinda, Angola. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/abaixo-assinado-pede-libertacao-de-ativista-detido-desde-14-de-marco-em-cabinda-angola/> Acesso em 14 de julho de 2016.

Notas

^I Graduando do 8º período de História – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Bolsista PIBID. Orientação Prof. Dr. Hector Hernandez Guerra.

^{II} Graduanda do 8º período de História – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Bolsista PIBID e orientanda do Prof. Dr. Hector Hernandez Guerra. Link do Lattes <http://lattes.cnpq.br/5021751592431335>

^{III} ALMEIDA, Eugênio Costa. *O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertencas Político-identitárias no Debate de Cabinda*. In: Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, 2013, Nº 25, pp. 65-93.

^{IV} O chamado Reino do Congo governou a região africana localizada no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola incluindo Cabinda, à República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo e à parte centro-sul do Gabão. O reino do Congo foi fundado por Ntinu Wene no século XIII. O reino era governado por um líder, ou Soba, chamado Rei pelos europeus, o manicongo. (BATSÍKAMA, 2010)

^V ALMEIDA, op.Cit., p. 74.

^{VI} BATSÍKAMA, Patrício. *As origens do Reino do Kongo*. Luanda: Mayamba, 2010, p.21.

^{VII} Refere-se às objeções que a Inglaterra impôs a Portugal em 1846, quando contestou a soberania de Portugal nos territórios da costa ocidental de África, situados entre os paralelos 5º 12' e 8º de latitude S., isto é, entre a margem direita do Zaire e o sul do Ambriz. (BEMBE, 2009)

^{VIII} Foi um tratado assinado, após a Questão de Ambriz, entre Portugal e Inglaterra em Fevereiro de 1884, onde ficou consagrado que esta reconhecia os direitos históricos de Portugal e o exercício, em benefício da Inglaterra e de Portugal, de um poder exclusivo de polícia e fiscalização no curso superior do Zaire e todos os territórios adjacentes. Este acordo seria fortemente contestado por franceses, germânicos, holandeses, espanhóis e norte-americanos. (BEMBE, 2009)

^{IX} ALMEIDA, op.Cit., p. 78.

^X Movimento Pela Libertação de Angola, de orientação marxista, o mais bem organizado e que incluía mestiços, brancos, assimilados e cuja principal base social eram os Ambundu. Além disto, era liderado por Agostinho Neto e possuía importante contato com a União Soviética. (VISENTINI, 2012)

^{XI} ALMEIDA, op.Cit., p. 76.

^{XII} Frente Nacional de Libertação Angolana, com fortes raízes sociais entre os Bakongo e que utilizava a bandeira racial, se declarando contra os brancos, portugueses e anticomunistas – fortes vínculos com o governo dos Estados Unidos - e cujo grande nome era Holden Roberto. (VISENTINI, 2012)

^{XIII} Um acordo assinado entre o governo português e os três principais movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA, e UNITA), em janeiro de 1975, em Alvor, no Algarve, estabeleceu os parâmetros para a partilha do poder, ou seja foi estabelecido com o propósito de limitar o poder entre os três movimentos acima já mencionados após a obtenção da independência de Angola, tida como necessária pelos dirigentes do novo regime português. (ALMEIDA, 2013)

^{XIV} União Nacional para Independência de Angola que foi criada por Jonas Savimbi, dissidente do MPLA, socialmente enraizada entre os Ovimbundu e que visava o apoio popular e de mobilização de massas, mas era militarmente fraca e variava sua ideologia de acordo com o apoio externo recebido. (VISENTINI, 2012)

^{XV} PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana: definição, construção e usos políticos*. Tese de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2016, Niterói.

^{XVI} Ibidem, p.116.

^{XVII} A longa presença de portugueses em Angola esteve na origem de um número considerável de mestiços, ou seja, de pessoas de ascendência africana e europeia. Tanto em termos administrativos como em termos sociais, estes foram no tempo colonial considerados como uma "raça" distinta das "raças" branca e negra. A abordagem conceptual da categoria etnia, e as ações práticas dela derivadas, encontram-se, em Angola, profundamente matizadas pelo paradigma colonial. Sabe-se que em Angola os vários grupos étnicos, tal como aconteceu em outros lugares, foram agrupados em função de critérios linguísticos o que, durante o regime colonial, permitiu utilizar tal fato para um maior domínio e

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

exploração dos mesmos. (ALMEIDA, 2013)

^{XV^{III}} PINTO, op.Cit., p.129 apud Fundação Agostinho Neto

^{XIX} Foi o movimento que derrubou o regime salazarista em Portugal, em 1974, de forma a estabelecer as liberdades democráticas promovendo transformações sociais no país. Após o golpe militar de 1926, foi estabelecida uma ditadura no país. No ano de 1932, Antônio de Oliveira Salazar tornou-se primeiro-ministro das finanças e virtual ditador. (VISENTINI, 2012)

^{XX} VISENTINI, P. F. *A Revolução angolana* In: *As Revoluções Africanas, Angola, Moçambique e Etiópia*, Ed. UNESP, São Paulo, 2012, p. 58.

^{XXI} *Ibidem*, p. 65.

^{XXII} Ver artigo: BITTENCOURT, M. *Fissuras na luta de libertação angolana*. In: *MÉTIS: história & cultura* v. 10, n. 19, 2011, pp. 237-255

^{XXIII} VISENTINI, op.Cit., p. 73.

^{XXIV} *Ibidem*, p. 79.

^{XXV} O Ataque contra a Seleção de Futebol de Togo em Angola em 2010 foi um ataque em que separatistas de Cabinda, enclave da província angolana localizada entre o Congo e a República Democrática do Congo, ocorrido em 8 de Janeiro de 2010, quando o ônibus foi atacado pelos cabindenses. Do ataque resultaram três mortos e nove feridos. (BITTENCOURT, 2011)

^{XXVI} É um portal jornalístico independente, que traz notícias sobre Angola e o continente africano. (REDE ANGOLA, 2016)

^{XXVII} REDE ANGOLA, 2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/conflitos-em-cabinda/>.

^{XXVIII} LUSA, 2015. Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/abaixo-assinado-pede-libertacao-de-ativista-detido-desde-14-de-marco-em-cabinda-angola>.

^{XXIX} CASCAIS, 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/povo-de-cabinda-nunca-se-render%C3%A1-%C3%A0-ocupa%C3%A7%C3%A3o-por-parte-de-angola-diz-1%C3%ADder-da-flec/a-17840210>.

^{XXX} CONSELHO NACIONAL DO POVO DE CABINDA – NKOTO/LIKANDA, 2014. Disponível em: <http://www.cabindanation.net/kabinda/a-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-resolu%C3%A7%C3%A3o-do-conflito-de-cabinda>.

^{XXXI} NANDY, A. *El Estado, el destino de un concepto*. In: NANDY, Ashis. *Imágenes el Estado*. FCE 2012. p. 20.

^{XXXII} *Ibidem*, p. 22.

^{XXXIII} *Ibidem*, p. 24.

^{XXXIV} *Ibidem*, p. 25.

^{XXXV} QUIJANO, Aníbal. *El fantasma del desarrollo en América Latina*. In: *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*, 2000, pp. 73-90.

^{XXXVI} Conceito apresentado pelo sociólogo como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista que se funda na imposição de uma classificação étnica no caso africano, sendo o ponto central do padrão de poder e operando em todos os âmbitos sociais, além de ser estruturante das relações políticas globais. (QUIJANO, 1999)

^{XXXVII} QUIJANO, op.Cit., p. 13.

^{XXXVIII} MAMDANI, Mahmood. *Darle sentido histórico a la violencia política en el África poscolonial*. *ISTOR*, Año IV, N° 14, 2003, pp. 48-68.

^{XXXIX} CHEGEN, M. *Las teorías de la ciencia política como un obstáculo para entender el problema de la violencia política y de Estado en África*. *ISTOR*, Año IV, N° 14, 2003, pp. 32- 47.

^{XL} Chegen, crítica o viés culturalista das propostas de Chabal, que apontam para um arcaísmo de condicionamento/determinismo cultural. Ressalta ainda, que mesmo com os novos questionamentos, se continuam reproduzindo desde a perspectiva culturalista. Não podemos pensar que os conflitos são acirrados por questões culturais, pois estas são historicamente construídas. (CHEGEN, 2003)

^{XLI} MILIBAND, R. *O sistema estatal e a elite estatal*. In: *O Estado na sociedade capitalista*, Zahar editores, 1972, pp. 67-87.

^{XLII} CASCAIS, 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/povo-de-cabinda-nunca-se-render%C3%A1-%C3%A0-ocupa%C3%A7%C3%A3o-por-parte-de-angola-diz-1%C3%ADder-da-flec/a-17840210>.

^{XLIII} BAYART, Jean-François. *The State in Africa: the politics of the Belly*. Cambridge Press, 2009, pp. 1-40.

O ENCLAVE DE CABINDA NO ESTADO ANGOLANO FORMADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

GABRIEL ALMEIDA MIRANDA
MARIANA RUPPRECHT ZABLONSKY

Referências Bibliográfica

- ALMEIDA, Eugênio Costa. *O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertenças Político-identitárias no Debate de Cabinda*. In: Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, 2013, Nº 25, pp. 65-93.
- BAYART, Jean-François. *The State in Africa: the politics of the Belly*. Cambridge Press, 2009, pp. 1-40.
- BEMBE, Miguel César Domingos. *A questão de Cabinda. Uma análise sócio-política*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais (Estratégia). 2009, Lisboa, ISCSP/UTL.
- BATSÍKAMA, Patrício. *As origens do Reino do Kongo*. Luanda: Mayamba, 2010, pp. 12-26.
- BITTENCOURT, M. *Fissuras na luta de libertação angolana*. In: MÉTIS: história & cultura. Vol. 10, Nº 19, 2011, pp. 237-255
- CHEGEN, M. *Las teorías de la ciencia política como un obstáculo para entender el problema de la violencia política y de Estado en África*. ISTOR, Año IV, Nº 14, 2003, pp. 32- 47.
- MAMDANI, Mahmood. *Darle sentido histórico a la violencia política en el África poscolonial*. ISTOR, Año IV, Nº 14, 2003, pp. 48-68
- MILIBAND, R. *O sistema estatal e a elite estatal*. In: O Estado na sociedade capitalista, Zahar editores, 1972, pp. 67-87.
- NANDY, A. *El Estado, el destino de un concepto*. In: NANDY, Ashis. Imágenes el Estado. FCE 2012. pp. 17-36.
- PEREIRA, L. N. N. *Os Bakongo de Angola: A Nacionalidade na Fronteira*. In: Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda, USP, São Paulo, 2008, pp. 29-52.
- PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana: definição, construção e usos políticos*. Tese de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2016, Niterói.
- QUIJANO, Aníbal. *El fantasma del desarrollo en América Latina*. In: Revista venezolana de economía y ciencias sociales, 2000, pp. 73-90.
- VISENTINI, P. F. *A Revolução angolana* In: As Revoluções Africanas, Angola, Moçambique e Etiópia, Ed. UNESP, São Paulo, 2012, pp. 45-88.